

## **CARTAS DE FREIRAS: OS DOIS LADOS DE UMA CRISE CONVENTUAL NA GOA SETECENTISTA**

Rozely Menezes Vigas Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo**

Nas primeiras décadas do século XVIII, um acontecimento foi tema muito recorrente nas cartas que iam de Goa a Lisboa: a rebeldia das freiras agostinhas da capital oriental. As mônicas estiveram envolvidas num conflito com o arcebispo de Goa e seu prelado, D. Fr. Inácio de Santa Teresa, que ocasionou um cisma na comunidade e a quebra do voto da clausura pela maioria delas. A produção de cartas pelas religiosas foi relativamente intensa. Tanto Sor. Magdalena de Sto. Agostinho – representante das rebeldes – quanto Sor. Brites do Sacramento – a priora das freiras que se mantiveram obedientes ao prelado – escreveram cartas direcionadas a D. João V, ao próprio arcebispo, aos vice-reis e a outros destinatários. A partir de uma breve análise paleográfica e tipológica dos documentos, o presente artigo discute o conteúdo de algumas dessas cartas, apresentando como cada grupo reagiu aos ataques mútuos e de como as freiras tentaram angariar apoio de pessoas e instituições, religiosas e civis, para defender seus interesses. As cartas se configuram, portanto, como testemunho não só do período conturbado na comunidade feminina como também dos pontos de vista e perfil dos principais personagens envolvidos na querela.

**Palavras-chave:** Freiras.. Convento de Sta. Mônica de Goa. Ásia portuguesa.

## **NUNS' LETTERS: THE TWO SIDES OF A CONVENTUAL CRISIS IN EIGHTEENTH-CENTURY GOA**

Rozely Menezes Vigas Oliveira<sup>1</sup>

### **Abstract**

In the first decades of 18th century, the rebelliousness of the Augustinian nuns was a recurrent theme in the letters that went from Goa to Lisbon. They were involved in a conflict with the archbishop of Goa and his prelate, D. Fr. Inácio de Santa Teresa, which caused a rupture in the community and the breaking of the closing vote by most of them. The nuns wrote relatively well. Both Sor. Magdalena de Sto. Agostinho – representative of the rebel nuns – and Sor. Brites do Sacramento – the prioress of the nuns who kept obedient to the prelate – wrote letters addressed to Dom João V, the archbishop, the viceroys and others. Based on a brief paleographic and typological analysis of the documents, this article discusses the content of these letters, presenting how each group reacted to the mutual attacks and how the nuns tried to get support from people and institutions, religious and civil, to defend their interests. The letters are, therefore, a testimony of the troubled times in the female community but also of the points of view and profile of the main characters involved in the quarrel.

**Keywords:** Nuns. Convent of St. Monica in Goa. Portuguese Asia.

## **CARTAS DE MONJAS: LOS DOS LADOS DE UNA CRISIS CONVENTUAL EN GOA DEL SIGLO XVIII**

Rozely Menezes Vigas Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumen**

En las primeras décadas del siglo XVIII, un evento fue tema muy recurrente en las cartas que iban de Goa a Lisboa: la rebeldía de las monjas agustinas de la capital oriental. Las mónicas han estado involucradas en un conflicto con el arzobispo de Goa y su prelado, D. Fr. Inácio de Sta. Teresa, que resultó una división en la comunidad y la ruptura del voto de la clausura. La escritura de cartas por las religiosas fue un poco intensa. Tanto Sor. Magdalena de Sto. Agostinho, representante de las rebeldes, como Sor. Brites do Sacramento – priora de las monjas que se quedaron obedientes al prelado – escribieron cartas a D. João V, al arzobispo, a los virreyes y otros destinatarios. Con base en un breve análisis paleográfico y tipológico de los documentos, este artículo discute el contenido de algunas de estas cartas, presentando cómo cada grupo reaccionó a los ataques mutuos y cómo las monjas intentaron obtener el apoyo de personas e instituciones, religiosas y civiles, para defender sus intereses. Las cartas son, por tanto, un testimonio del período perturbado de la comunidad femenina, sino también de los puntos de vista y el perfil de los protagonistas involucrados en la disputa.

**Palabras clave:** Monjas. Convento de Sta. Mónica de Goa. Ásia portuguesa.

## O *corpus* documental

Nesse mundo em movimento do vasto império português, caracterizado “por um constante fluxo e refluxo de pessoas”, em que vice-reis e governadores, bispos e arcebispos, civis e religiosos “estavam em permanente movimento” (RUSSEL-WOOD, 2016, p. 99), as cartas desempenharam um papel importante ao estabelecer pontes sobre os mares. A análise das cartas pode fornecer descrições e informações mais íntimas dos indivíduos que se estabeleciam nesse imenso, disperso e diversificado império, permitindo conhecer um pouco melhor sobre os homens e as mulheres que estavam distantes de suas famílias, de seus amigos e de seu rei. De acordo com Gruzinski, as cartas demonstram a necessidade de manter o contato com o reino, buscando atualizações do que acontecia tanto de um lado quanto do outro do mundo, tendo sempre que se adaptar “a uma nova temporalidade, intercontinental, ritmada pelo movimento das frotas [...], pontuada pelas partidas e chegadas, muitas vezes perturbadas pelas guerras, pelos corsários, pelas tempestades e pelos furacões” (GRUZINSKI, 2014, p. 165).

As cartas analisadas no presente artigo referem-se a um momento muito específico, tanto da história da Ásia portuguesa quanto dos conventos femininos coloniais, que foi o conflito das freiras do convento de Sta. Mônica com o arcebispo D. Fr. Inácio de Sta. Teresa. O prelado, que já se encontrava em conflito com os jesuítas, os franciscanos, os agostinhos e o bispo de Malaca, também se viu envolvido numa querela com as religiosas ao interferir diretamente no cotidiano claustral. Entre as intervenções, pode-se destacar a intensificação das visitas pastorais e das punições; a nomeação de novos confesores e procuradores para as freiras, colocando clérigos seculares e leigos e excluindo os agostinhos; e a eleição de uma nova priora<sup>2</sup> por conta própria. Essas ações, juntamente com outras que foram acentuando a tensão dentro do convento, desencadearam não apenas a quebra do voto de clausura por parte da maioria das religiosas, como também uma longa crise conventual que dividiu a comunidade em dois grupos rivais. Considerando a importância da correspondência produzida nesse ínterim, este artigo destaca algumas das muitas cartas



escritas, reconhecendo os personagens que fizeram parte da crise e descortinando um pouco das mulheres que estiveram diretamente envolvidas na crise conventual.

Escritas, principalmente, por Sor. Magdalena de Sto. Agostinho<sup>3</sup> – representante das freiras rebeldes – e por Sor. Brites do Sacramento<sup>4</sup> – priora das freiras que se mantiveram obedientes ao prelado – as cartas analisadas neste artigo fazem parte de um *corpus* composto por 458 documentos produzidos no período que se estende de 1720 a 1740. Anos em que se sucedeu uma das maiores crises no seio da comunidade feminina agostiniana. Diferente de muitas missivas que estão arquivadas em um único acervo – geralmente, pelo remetente – ou pelo menos em poucos arquivos, as cartas trocadas durante esse processo foram encontradas em diversas instituições de guarda. Primeiramente, por elas não terem sido produzidas por um só remetente. Segundo, muitos indivíduos – autoridades civis e religiosas – se envolveram ou foram envolvidos no conflito por esse ter sido um episódio bastante escandaloso para seus contemporâneos. E, por fim, porque os remetentes, principalmente, D. Fr. Inácio de Sta. Teresa, o vice-rei Conde de Sandomil e as religiosas, escreveram mais de uma via da mesma carta ou tiveram suas cartas trasladadas. Da totalidade encontrada, 91 documentos eram duplicados.

Em razão dessa particularidade, os documentos foram encontrados em instituições de guarda portuguesas e goesas, como Academia de Ciências de Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional de Portugal e no Directorate of Archives and Archaeology, antigo Arquivo Histórico de Goa. Apesar de, em sua maioria, a documentação presente no *corpus* estar em bom estado de conservação, algumas fontes possuem páginas manchadas ou oxidadas pela tinta utilizada, com trechos corroídos e ilegíveis.

Entre os documentos desse *corpus*, levando-se em conta as análises diplomáticas e tipológicas dos documentos explicadas por Heloísa Bellotto (2002), é possível distinguir mais de uma espécie documental<sup>5</sup>, como alvarás, avisos, certidões, consultas, requerimentos, mandados, portarias, relações, manifestos, listas, traslados, pareceres, petições, entre outros (BELLOTTO, 2002, p.



46-90). A partir da sistematização do *corpus* documental, com o objetivo de visualizar quem teriam produzido os documentos, quem os teriam recebido e quando foram escritos, foi possível identificar que embora algumas cartas sejam originais e escritas pelo próprio punho das religiosas, a maior parte das missivas encontradas é composta por cópias que teriam sido feitas por outrem com o intuito de serem enviadas ao reino<sup>6</sup>.

No que tange à datação das cartas, elas foram escritas no auge da crise conventual, em janeiro de 1734. Os anos de 1732, 1733 e 1734 foram os de maior intensidade epistolar, consequência dos momentos mais conturbados do cotidiano claustral (OLIVEIRA, 2019, p. 323-325). A maioria das cartas encontradas dentro desse período foi trocada entre o vice-rei Conde de Sandomil e Sor. Brites, ele e Sor. Magdalena, ele e o arcebispo Sta. Teresa. Todas em torno da desordem e agitação que se estabeleceram no convento e possíveis soluções para ele. No entanto, embora tenham sido encontradas bastante cartas e outras espécies documentais, vale salientar que – conforme alerta Vanessa Monte, em seu estudo sobre as correspondências paulistas setecentistas – somente se tem acesso aos documentos de diferentes relações epistolares que, por algum motivo, foram salvaguardados pela administração pública da época (MONTE, 2013, p. 116.). Não se tem nenhuma garantia de que não tenha havido mais cartas trocadas, ou escritas pelas religiosas, ou documentos escritos que se perderam no tempo. Pelo contrário, em ambas as cartas transcritas as autoras se remetem a envio de correspondências, algumas com anexos, que não foram completamente localizadas. Porém, apesar das ausências, o que se tem preservado se provou suficiente para fazer um retrato do processo em que as mônicas de Goa passaram durante os anos de crise e revolta.

Com relação à escrita das cartas propriamente dita, o tipo que aparece é a humanística, vigente na época. Embora a maioria dos documentos tenha sido escrita com a humanística cursiva – uma letra inclinada para a direita, resultado de um desgaste da humanística redonda, essas cartas e outros escritos das religiosas possuem uma letra mais próxima da humanística redonda<sup>7</sup>. Ao compará-las com as escritas de outras religiosas, principalmente as assinaturas, é possível perceber que as letras são muito semelhantes, indicativo da formação



educacional bem básica e uniforme que elas teriam tido. Provavelmente, decorrente de uma alfabetização realizada pela mesma mestra ou por uma discípula dela, com ensinamentos passados de uma para as outras sem muitas alterações.

Para além da caligrafia, as missivas expõem traços da personalidade dos personagens. De acordo com Foucault, “escrever é pois ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro”. Através de sua escrita, o autor deixa transparecer um pouco de si não apenas para o destinatário, mas também para aquele que a lê posteriormente. A leitura das missivas trocadas permite ao pesquisador o entendimento de características básicas daqueles que as escreveram e as receberam. Nesse mesmo sentido, Vanessa do Monte defende que “as cartas permitem entrever, em maior ou menor grau, as figuras do remetente e do destinatário, a maneira como se dava a relação entre eles e, em alguns casos, seu ponto de vista sobre as situações em que estavam envolvidos” (MONTE, 2013, p. 87). A partir desse entendimento da “escrita de si” presente nas cartas, é possível captar e compreender, por meio do conteúdo das missivas produzidas durante a querela entre as religiosas e seu prelado, tanto o cotidiano e as questões sociopolíticas pertinentes à crise conventual, como as informações pessoais, as reflexões e as expressões de sentimentos dos personagens envolvidos, em cada momento da crise e do conflito que as agostinhas vivenciaram.

Portanto, através das cartas encontradas – e também dos outros tipos documentais que interagem com elas – foi possível captar as visões que cada remetente possuía do ambiente conflituoso em que a comunidade das mônicas estava envolvido e visualizar melhor suas posições diante de cada destinatário, afinal quanto mais próximo e/ou uníssono fosse o remetente com o destinatário, maior a possibilidade de o primeiro colocar mais de si e de suas verdadeiras opiniões sobre o assunto em questão, principalmente em casos de intrigas políticas.

Dentre as cartas produzidas, foram encontradas 71 cartas – sem contar com as cópias – em que as religiosas foram remetentes. Para um melhor entendimento da posição delas no conflito, foram separadas por três grupos em



dois momentos distintos. No primeiro, que vai de 1720 até maio de 1732, elas escreveram sete documentos em comunidade, todas elas em uníssonância. Mesmo quando as cartas e protestos não eram assinados por todas, as priorosas e subpriorosa – Sor. Izabel de Madre de Deus (subpriorosa), Sor. Maria da Conceição e Sor. Magdalena de Sto. Agostinho (priorosas) – assinavam em nome da comunidade. Já no segundo momento, de 1732 até o término do conflito em 1738, observa-se o cisma incutido na comunidade, tendo de um lado as religiosas desobedientes e de outro as obedientes. É importante ressaltar que optou-se por utilizar os mesmos termos empregados à época, quando houve a dissidência de opiniões entre aquelas que estavam em desacordo com as ações episcopais e aquelas que decidiram seguir o que o arcebispo ditava.

Acredita-se que estes tenham sido termos criados pelo próprio D. Fr. Inácio de Sta. Teresa, posto que o mesmo, numa cópia de uma carta de sor. Magdalena do início da crise – de 5 de maio de 1732 – escreveu na entrelinha uma “nota” dizendo “Companhia das Religiosas dezobedientes” – no momento em que Sor. Magdalena ainda era a priorosa do convento –, estabelecendo uma indicação do tema da dita carta<sup>8</sup>. Levando isso em consideração, pode-se afirmar que as religiosas desobedientes escreveram mais que as obedientes, tendo enviado 42 cartas, petições, protestos, etc., a diversos destinatários; enquanto as religiosas obedientes produziram 22 cartas, restringindo-se basicamente ao Conde de Sandomil e ao arcebispo – com exceção apenas de duas cartas cujos destinatários foram o rei e o procurador do convento. Apesar de parecer uma quantidade pequena de cartas, elas só escreveram menos do que o vice-rei Conde de Sandomil – que se caracterizou como o maior remetente, tendo escrito 115 documentos – e o arcebispo D. Fr. Inácio de Sta. Teresa – que teria enviado 111 documentos.

No que se refere aos destinatários das correspondências, em algumas das missivas localizadas, seus nomes aparecem expressados no sobrescrito ou no corpo da carta. Contudo, em sua grande maioria, esses nomes não estão claros, sendo utilizados pronomes de tratamento em seu lugar. De acordo com Cintra (1972, p. 19-22), no português medieval não havia o uso de formas cortes para designar pessoas de grupos específicos, nobres e eclesiásticos. Foi so-



mente com as transformações das relações sociais que se pode observar na língua portuguesa a necessidade de formas de tratamento, tendo sido importadas algumas das soluções lexicais das línguas irmãs, como o italiano (Vossa Alteza, Vossa Senhoria) e o espanhol (Vossa Mercê). A partir do século XV, as formas de tratamento pronominais passaram a ser usadas abundantemente, deixando de ser utilizadas só para o rei e a rainha, mas também para nobres, fidalgos e, posteriormente, a burguesia. Essa utilização cada vez mais frequente foi se estabelecendo na língua e se normalizando. Tanto que, na segunda metade do século XVIII, foi publicado um “formulário de tratamento” numa espécie de guia para secretários. Assim, Francisco José Freire tinha em seu *Secretario portuguez, ou Methodo de escrever cartas* o objetivo de instruí-los nas regras da secretaria, ensinando também como e para quem utilizar cada tipo de tratamento, fosse a pessoa da hierarquia secular ou eclesiástica (FREIRE, 1786, p. 432-443).

Portanto, a estratégia utilizada para identificar os destinatários foi a união de uma análise paleográfica das abreviaturas dos ditos pronomes, através dos desmembramentos, a consulta ao dito “formulário de tratamentos” – que mesmo tendo sido publicado posteriormente ao período estudado, representa os tratamentos que eram utilizados à época – e a comparação entre as cartas propriamente ditas<sup>9</sup>. Além desses pronomes de tratamento, também foram identificados outros direcionados a algumas autoridades. Como a maior parte das cartas encontradas foi entre o arcebispo, o vice-rei e as religiosas, em geral, muitas vezes eles não se davam ao trabalho de indicar a quem estavam direcionando as cartas. Os pronomes de tratamento mais encontrados foram:

Vossa Illustrissima e Illustríssimo Senhor: utilizado tanto pelo vice-rei como pelas religiosas para designar o arcebispo D. Fr. Inácio de Sta. Teresa;

Vossa Excelência e Excelentíssimo Senhor: utilizado tanto pelas religiosas quanto pelo arcebispo para intitular o vice-rei Conde de Sandomil;

Vossa Reverendíssima ou VV.RR e VV. RRas (para o plural): usados para a(s) freira(s) de Sta. Mônica;

Reverenda Madre: designando a uma freira de Sta. Mônica que ocupava um alto cargo, como priora ou subpriora.



Já para as cartas direcionadas ao rei, os remetentes utilizavam Senhor no topo da carta e Vossa Magestade no corpo do texto.<sup>11</sup> D. João V não permitia que qualquer assunto, sendo do reino ou do ultramar, fosse resolvido sem passar por suas mãos. Cópias e cópias da correspondência e de documentos oficiais produzidos durante a crise conventual e relatos eram enviados para o rei, que, em contrapartida, remetia regularmente decisões – muitas vezes, através do Conselho Ultramarino – sobre as demandas das freiras, do arcebispo e do vice-rei, após consulta com o mesmo conselho. Nessas cartas dá para perceber um pouco do posicionamento do monarca e de seus conselheiros frente ao que acontecia no Oriente. Ainda em abril de 1726, quando se discutia a questão dos procuradores de Sta. Mônica, nota-se que o monarca não queria que o convento ficasse 100% sob a tutela dos agostinhos. Em um momento ele decidia que os agostinhos seriam os confessores do convento, mas não seus administradores; em outro, ele impunha o contrário, dando aos eremitas o status de administradores no lugar de confessores<sup>12</sup>. Seus posicionamentos nos anos que se seguiram foram bastantes dúbios, ora dando razão ao arcebispo ora beneficiando as freiras e os religiosos que questionavam a jurisdição de Inácio de Sta. Teresa; até o momento que estabeleceu que se findasse a crise conventual, por meio de uma carta de 1736<sup>13</sup>.

Como destinatárias, as freiras agostinhas receberam uma quantidade um pouco menor de cartas do que escreveram: um total de 56 documentos encontrados. Dentre eles, as religiosas em comunidade receberam apenas três cartas, enquanto os grupos das religiosas obedientes e desobedientes receberam quase a mesma quantidade de cartas – 26 e 27, respectivamente. Da mesma maneira, não houve muita variedade entre as pessoas que enviaram as missivas para elas, tendo sido basicamente o vice-rei e o arcebispo. Somente dois religiosos (o Geral da Companhia de Jesus e o Pe. João Marques, provincial dos jesuítas em Goa) acrescentam essa lista, posto que endereçaram suas cartas para as freiras rebeldes.



## Sor. Magdalena de Sto. Agostinho e Sor. Brites do Sacramento: duas preladas em choque

Como já mencionado, foram localizados 71 documentos de autoria das mônicas goesas, produzidos entre 1721 e 1740. As primeiras delas correspondiam a um desejo geral da comunidade em ter de volta seus irmãos de ordem como seus confessores e administradores – algo perdido desde a última década do século XVII, por questões econômicas e conflitos dentro da congregação dos agostinhos no Oriente. Sabendo-se que todas as questões importantes deveriam ser colocadas em pauta nas reuniões do Conselho, pode-se concluir que as reivindicações haviam sido decididas pela maioria e pelas representantes do convento no capítulo. As três primeiras cartas encontradas – todas enviadas ao rei, em que assinaram aproximadamente 79 religiosas – possuem tanto a característica de humildade cortesã – modo frequente na prática epistolar do século XVIII, em que se diminuir para demonstrar humildade era considerado um atributo nobre típico da nobreza e fidalguia (BELLOTTO, 2014) – quanto de representatividade de uma súplica genuína: “Aos Reais pes de Vossa Magestade Chegamos em Comunidade as Religiozas deste Conuento de Nossa Madre Santa Monica de Goa em lagrimas banhadas buscando Remedio a nossa desconsolação, e pena”<sup>14</sup>.

Elas também faziam uso da antiguidade da instituição, alegando que esta já tinha 114 anos de um funcionamento exemplar e de um serviço proveitoso por parte dos agostinhos, os quais ministravam todos os ministérios necessários à vida contemplativa – ministérios do “Altar e púlpito confessionario e Profição morte e Sepultura”<sup>15</sup>. Seguiram apresentando argumentos para cada um dos ministérios a fim de persuadir o rei a entender que os padres seculares não eram aptos ao serviço nem de confessores nem de administradores, visto que “naõ concordauaõ estes com os nossos estatutos, [...] que os saçerdotes seculares saõ totalmente faltos da Criação e diçiplina Regular que naõ profecção”<sup>16</sup>. Para elas, somente os agostinhos seriam capazes de as atender perfeitamente, por conhecerem os santos, as celebrações específicas e as direções espirituais da ordem.



Mesmo não tendo sido localizadas mais missivas escritas pelas religiosas nessa primeira fase, sabe-se pelas mãos de Sor. Maria da Conceição que outras já haviam sido enviadas ao reino e outras devem ter sido recebidas também, posto que há um grande hiato entre essa carta e o protesto escrito em janeiro de 1732, quando o convento começava a apresentar a fissura que rachou a comunidade em dois. Neste documento, é possível observar que a quantidade de religiosas que assinaram já foi menor (51 assinaturas entre professoras e irmãs leigas)<sup>17</sup>. O decréscimo se deu menos pelo fato de a comunidade realmente ter encolhido em relação ao ano de 1721 e mais por causa de algumas religiosas solenes – as que se configuraram depois como “obedientes” – não terem assinado o documento que culpava o arcebispo de atitudes tirânicas. Um documento que, para o arcebispo e seus apoiadores, teria sido escrito ou influenciado diretamente pelos religiosos contrários a ele.

Quatro meses depois do envio dessa missiva, a priora Sor. Magdalena de Sto. Agostinho escreveria uma outra destinada aos governadores de Goa, após o retorno da primeira quebra da clausura, informando uma cisão que havia se instalado entre as freiras: “[...] estamos vendo as couzas peor do que estauão, porque o Conuento esta diuidido, que antes não estava”<sup>18</sup>. A partir de então, nota-se o cisma na comunidade conventual e há dois tipos de envio de cartas: as cartas das desobedientes, se queixando das atitudes do arcebispo e criando situações de enfrentamento, e as cartas das obedientes, reclamando das perseguições sofridas dentro do claustro e das ações nada contemplativas de suas irmãs rebeldes e sendo favoráveis aos procedimentos episcopais, na maior parte do tempo. Cada grupo dando sua própria versão dos fatos. Como os grupos eram formados por variadas mulheres, indo desde as religiosas professoras até as pupilas, optou-se aqui somente dar enfoque às que se tornaram cabeça de cada grupo: Sor. Magdalena de Sto. Agostinho e Sor. Brites do Sacramento. Seguindo o trabalho por Margareth Chowning<sup>19</sup>, o intuito é apresentar um pouco das características dessas duas personagens.

Diferente do que Chowning encontrou sobre o Convento de La Purísima, no México, onde não sobreviveu nenhum relato escrito pelas mãos da concep-



cionista rebelde Phelipa de San Antonio a fim de se ter uma percepção melhor de suas motivações, para as sublevadas de Sta. Mônica de Goa, foram encontradas bastante cartas dirigidas a variados tipos de destinatários. Como já foi dito, as desobedientes se comunicaram com mais gente do que as obedientes. Para elas, era necessário reunir e manter a maior quantidade de apoiadores possíveis para sua causa. Se em La Purísima a causa da revolta estava centrada nos desmandos da abadessa, que “viu a nova fundação como a chance de construir uma comunidade mais perfeita” (CHOWNING, 2006, p. 66), em Goa o contexto era mais amplo e englobava pessoas de fora do claustro, já que envolvia algumas ordens religiosas e seus confrontos com o arcebispo. Sor. Magdalena não era uma freira que estava insatisfeita com sua vida sendo estritamente regrada e limitada pela sua superiora, mas sim uma priora que viu seu governo ser concluído antes do tempo – alguns meses antes – e ser substituída numa eleição, vista por ela como não canônica, já que havia sido determinada pelo arcebispo cuja autoridade ela e outros religiosos questionavam.<sup>20</sup>

Durante os seis anos em que Sor. Magdalena esteve à frente das rebeldes, ela trocou correspondência assídua com o vice-rei Conde de Sandomil. Os temas concentravam-se na reclamação da eleição considerada não canônica de sua sucessora; na negociação do retorno dos agostinhos como confessores – ou de confessores de outras ordens para seu grupo, quando não conseguiu a primeira opção; no pedido de um delegado que as representasse do lado de fora; na defesa de si mesma e de suas aliadas do que acusavam as obedientes; etc. Enfim, ela liderava e cuidava das demandas das mulheres que decidiram ficar do seu lado, quase toda a comunidade. Por carregar para si essa responsabilidade, é possível perceber uma mulher de temperamento forte e às vezes violento. Tanto que Sor. Brites se queixava ao arcebispo Sta. Teresa de que “uiu entre estas Rebeldes, como se uiuesse entre os Demonios”<sup>21</sup>.

Sor. Magdalena, realmente, não facilitou durante os acordos na busca de, como os outros religiosos, enfraquecer o poder e diminuir a jurisdição do arcebispo Sta. Teresa. Exemplo disso foi o processo de escolha do delegado, ocorrido na mesma época em que a carta selecionada foi escrita. A escolha demora-



ra algumas longas semanas e quando finalmente elas e o arcebispo se decidiram em selecionar o mestre-escola Luis de Souza da Fonseca, depois de tudo acertado, – despacho do arcebispo, aceitação do mestre-escola, provisão do delegado e portaria do arcebispo legitimando-o – no momento de Sor. Magdalena aceitar a portaria, ela se negou. O escrivão do Auditório e Juízo Eclesiástico, Francisco João de Sylveira, quem estivera responsável pelo envio das documentações ao convento e pela coleta das assinaturas das religiosas, não ficou muito satisfeito com o resultado<sup>22</sup>.

Na certidão que escreveu, fica claro que ele era favorável ao objetivo do arcebispo em sujeitar e aquietar a comunidade. Também é possível observar que, mesmo que possa ter havido exageros por parte do escrivão, Sor. Magdalena e as demais religiosas se enfureceram com as determinações episcopais presentes na portaria. Poderia se acreditar que teria sido simplesmente por capricho, mas o que se observa são religiosas que vendo que a portaria não dava poder suficientemente “amplo” ao delegado, que as representaria, deixando este subordinado ao que determinasse o arcebispo, escreveram uma longa resposta justificando sua negativa. Justificaram-se alegando que a decisão não teria sido por causa do mestre-escola, mas porque a portaria legitimava a jurisdição de D. Fr. Inácio de Sta. Teresa que elas estavam contestando.

Essas exaltações, por sua vez, não foram observadas nas cartas endereçadas ao reino, tanto as para o rei quanto as dirigidas aos cardeais. Nelas, notam-se mulheres mais formais e submissas, suplicando ao rei e àqueles que podiam influenciá-lo. Na própria resposta à portaria sobre o delegado, as religiosas dizem que estavam esperando a resolução régia. Na pesquisa foram encontradas cinco relações – e uma cópia – assinadas por Sor. Magdalena de Sto. Agostinho e demais religiosas que elas teriam enviado ao reino. Entre elas está a primeira carta transcrita, datada de 04 de janeiro de 1734, que foi assinada pela priora e mais 65 religiosas, entre professoras solenes, pupilas, noviças e irmãs leigas. O intuito delas fica bastante evidente neste pequeno relatório do que teria sucedido no ano de 1733:



Este Mosteiro Senhor esteue de baxo de protecção dos Senhores Reis de Portugal; e como assim Seia; nos as Religiosas delle, Prostradas, aos pés de Vossa Magestade lhe pedimos, que ponha os Seus piadozos olhos em nós e nos Remedeia os ditos males que tanto temos padecido, e sempre pediremos a Deos, que assista a Vossa Magestade, dandolhe mujta Saude pera Conçolação.<sup>23</sup>

Além da lembrança de que estavam sob a proteção régia pelo título dado em 1636 e do expresso pedido de solução para suas demandas, percebe-se pelo conteúdo geral da carta que elas desejavam não ter mais o arcebispo como seu prelado e superior, pois elas queriam demonstrar que ele era a causa de todos os problemas. Para tal, elas alegavam que ele agia de forma tirânica e que as atitudes delas, desde a quebra da clausura até o refúgio na desocupada Fortaleza dos Vice-Reis, foram motivadas pelo medo que tinham do que ele poderia fazer com elas, como prendê-las ou exilá-las no recolhimento ou no convento das clarissas de Macau.

As reclamações não se concentram apenas na figura do prelado, as rebeldes também se queixam das ações do vice-rei Conde de Sandomil, que, segundo elas, estaria agindo “Com [uio]lência, Sem querer ouuir as nossas Rezoens, nem examinar as Cauzas [que tin]hamos”. É possível perceber que elas esperavam que o governante quando chegasse se posicionaria ao lado delas e resolveria o conflito beneficiando-as.

Porém, não foi o que teria acontecido. O vice-rei resolveu que não aceitaria nenhum acordo antes de elas retornarem para convento; e mesmo após o retorno, durante um ano elas teriam sofrido as mesmas privações – como falta de confessores e de sacramentos essenciais como as missas – que haviam passado enquanto estiveram no palácio. De fato, o vice-rei não foi para o Oriente com a intenção de privilegiar as rebeldes, mas sim de mediar o conflito e solucionar a crise. Em suas cartas, cuja pauta era o conflito em Sta. Mônica, percebe-se um homem diplomático. Apesar de ter ficado com a fama de ineficiente diante das desventuras que enfrentou como governante do Estado da Índia<sup>24</sup>, observa-se nas missivas um homem prático e firme em suas posições – embora em muitos momentos tenha, juntamente com o arcebispo Sta. Teresa, per-



dido o controle das religiosas.

Essa praticidade seria comum em cartas oficiais. Conforme Bellotto (2014, p. 319), o discurso da carta de ofício possui três características da comunicação oficial: a formalidade, a objetividade e a clareza. E pode-se ratificar essas características ao contemplar as cartas escritas pelo vice-rei. As relações mantidas através da correspondência são rígidas, mesmo que o tom da carta mude de acordo com o destinatário. No referente às missivas enviadas a ambos os grupos das religiosas, ele utilizava-se de um tom de autoridade, mesmo que de maneiras diferentes. Para as religiosas obedientes, especialmente com Sor. Brites do Sacramento, ele se dirigia de forma mais condescendente, tentando acalmar os seus ânimos:

Eu já tenho dito a Vossa Reverenda por repetidas uezes o muito que sinto as mortificações que padecem as suas subditas, porém, disse tãobem a Vossa Reverenda que em tromentas grandes, era preciso dar exercicio a paciencia para esperar a bonança com que Deos nos socorre sempre depois das afflicções que nos dá para mayor merecimento nosso.<sup>25</sup>

Contudo, as dirigidas às religiosas desobedientes, seu tom de autoridade era mais incisivo e crítico, mas sem manter o modo conciliatório:

[...] devem Vossas Reverendas fazer mais cazo do que lhes digo, e do que lhes mando [...] E porque entendo, que a falta que Vossas Reverendas exprimentão de Prelado há mais de hum anno lhes tem feito perder a memoria da forma, com que devem tratar os que logrão esta Dignidade, lhes mando huma minuta de petição, que devem fazer, segurando a Vossas Reverendas, que em nada perderão por este modo a sua Reputação para com Deos, nem pera com os homens.<sup>26</sup>

Mesmo com esse caráter mediador, as mônicas sublevadas não ficaram satisfeitas e reclamaram ao rei de forma parecida ao que faziam em relação ao arcebispo, acusando-o de ser violento. Em contrapartida, os jesuítas, seus grandes apoiadores nesse conflito, são exaltados por sua caridade para com elas e por providenciarem o que lhes fosse necessário quando elas ficaram privadas inclusive do sustento básico por não terem acesso nem às suas tenças. No final da carta, elas fizeram questão de reafirmar ao monarca onde se encontrava sua lealdade, manifestando que elas sempre estavam rezando pelo monarca,



como esposas de Cristo e filhas súditas do rei.

Em outras cartas dirigidas ao reino – como as enviadas provavelmente ao Cardeal da Mota<sup>27</sup> – é possível observar que essas mulheres, mesmo que distantes, não estavam alheias às conjunturas políticas da metrópole. Tinham ciência do papel desenvolvido pelo ilustre religioso e sabiam como tentar alcançar seus objetivos. Provavelmente, eram muito bem informadas através do contato com os seus familiares e demais religiosos. É perceptível que elas estariam a par da influência do cardeal sobre o rei, pois pediam claramente auxílio para que o mesmo interviesse com D. João V. Além disso, elas também queriam que o cardeal não tivesse somente o ponto de vista do arcebispo Sta. Teresa, almejando alterar sua possível opinião favorável ao prelado:

Pedimos a Vossa Eminencia pello amor de Jesus Cristo se digne participar a Sua Magestade a dita atestação pera que uenha no conhecimento do dito Primas e da sua uerdade que tal hé, e não acredite as falçidades com que tem caluniado, e defamado estas indignas esposas de Jesus Cristo com tantas profanidades, e quando Sua Magestade e Vossa Eminencia duuidem da uerdade, dignemse mandar a parecer os próprios auttos; e ainda inquerir as testemunhas que nella depuzerão.<sup>28</sup>

As religiosas consideradas obedientes, por sua vez, foram muito mais tímidas em relação aos destinatários de suas cartas – apesar de que pelo conteúdo de algumas missivas, sabe-se que elas enviaram cartas mais vezes do que foi encontrado. Talvez por elas estarem do lado do arcebispo não teriam se preocupado tanto quanto as desobedientes em defenderem seus interesses. Vale ressaltar também que uma dessas religiosas escreveria ao vice-rei às vésperas de sua morte, em 17 de novembro de 1734, suplicando que este a auxiliasse enviando um dos confessores selecionados entre os agostinhos para que pudesse confessar e preparar-se para seu encontro derradeiro. Ela não enviara a minuta diretamente aos agostinhos e sim ao vice-rei, confirmando quão limitadas estavam as conexões dessas freiras.

A partir de uma carta escrita em 26 de janeiro de 1734 – assinada por Sor. Brites e mais 27 religiosas, estando entre elas professoras, irmãs leigas e uma pupila –, é possível perceber o tom das demais correspondências remetidas pelas obedientes. Em geral, queixavam-se sempre das ações das rebeldes, por te-



rem se associado ao bispo de Malaca, os jesuítas, franciscanos e agostinhos e se voltado contra o arcebispo. Mais especificamente, nessa missiva acusavam-nas de não só quebrarem o voto de clausura – mesmo depois do retorno ao claustro – como também o voto de pobreza, posto que estariam fabricando joias valiosas, com rubis e diamantes, e outros produtos para oferecer e angariar cada vez mais apoiadores, tanto em Goa quanto em Portugal. Segundo elas, as rebeldes, enquanto estiveram na Fortaleza dos Vice-Reis, viveram como se estivessem no século, recebendo sem restrições visitas de familiares e de outras pessoas, com quem conversavam abertamente e os quais as animavam na desobediência ao prelado:

[...] nos pareceo de nouo deuermos dar conta a Vossa Magestade que leuados os ditos seculares prinçipaes desta Çidade, deste capricho de que a todo tempo achaõ a porta aberta as suas comunicações e trataõ com as Religiozas Rebeldes, e de serem alguns deles corrigidos nas uizitas que faz o Reuerendo Arçebispo Primas, fomentaõ a que ellas Religiozas senaõ Reduzaõ a Verdadeira obediencia deuida ao Prelado Ligitimo, e de tal sorte e sutileza fazem o dito fomento que introduzem ainda nos Palaçios, Cores e aparençias pera que o castigo seja menos nas culpadas.<sup>29</sup>

Do ponto de vista de Sor. Brites, o centro de todos os problemas no claustro eram as religiosas desobedientes. Eram elas que mantendo a portaria aberta se comunicavam com várias pessoas em busca de proteção, tendo como retorno informação dos acontecimentos fora dos muros conventuais e abrandamento dos castigos que deveriam ser impostos a elas. Apesar de não estar claro quem seriam os indivíduos com os quais as rebeldes tratavam, pelo escrito dá para entender que eram fidalgos ou *casados*, com certeza pessoas abastadas e influentes que faziam parte do convívio das autoridades civis. Uma rede de sociabilidade que a nova priora não tinha acesso, primeiro por não ter havido a passagem adequada da prelazia e segundo porque essas pessoas deveriam estar mais habituadas a negociarem com Sor. Magdalena. Para as obedientes, os castigos impostos às irmãs rebeladas não eram suficientes para aquelas que quebraram a clausura. Assim como pensaria alguns anos depois, no México da década de 1760, Madre Antonia em relação à Madre Phelipa (CHOWNING, 2006, p. 76), Sor. Brites acreditava que as rebeldes ameaçavam



com o fim da vida comum e do convento. Por isso, solicitava encarecidamente ao monarca que as repreendesse rigorosamente a modo de servir como exemplo aos demais.

Embora essa carta externe muito o tipo de reclamações que o grupo das obedientes faziam, foram nas dirigidas ao vice-rei e ao arcebispo que elas exprimiram mais de si.

[...] e cada ues mais Constantes em Continuarme Com as injurias indignas de se Referirem até Vossa Excelencia, pois Exceletissimo Senhor pode Vossa Excelencia Considerar Como podera viuer huma Prelada Com Suas Relligiozas de Obediencia assim maltratadas, e ja Com estes Sobressaltos Com pouca esperança da vida que se fora Licito pedir a Deos Morte<sup>30</sup>

E ainda mais:

tem treçado o diabo outra couza jamais peyor como he determinarem as Rebeldes de fechar a porta do Coro de sima Com Cadeados Como fes do Coro baxo e outro que tambem querem por Cadeados na portaria do Carro, na dispença, e no Seleiro, e tudo quanto ouuer na dispença ha de tomar pera si, e não nos ha de dar de comer, nem de beber<sup>31</sup>

Nos trechos acima – e em outras missivas também enviadas ao arcebispo Sta. Teresa – percebe-se em Sor Brites uma mulher ressentida por não conseguir governar adequadamente a comunidade, posto que tinha sempre a sombra de Sor. Magdalena “que governa a ellas com titulo de Prellada<sup>32</sup>, [...] emuentando Injurias de Varias Castas pera me dizer, he dis que me ha de tirar de Sella de Prellada em que eu Moro, [...] dizendo que não sou Prellada”. Melhor dizendo, sombra não, ações concretas que interferiam diretamente em seu governo. A cabeça das obedientes parece ser uma mulher insegura e incapaz de enfrentar sua antecessora e rival, que estava tomando gradativamente – e, segundo ela violentamente – as dependências, os ofícios, as criadas e, conseqüentemente, a governança do claustro. Alegava que ela e as demais obedientes eram poucas, doentes e impossibilitadas de deterem as rebeldes, pedindo recorrentemente a intervenção direta tanto do governante quanto do seu prelado:



Venha fazer justiça, senão de Cada uez hão de fazer pior, Como não queremos, que ellas tome a porta, porque querem apanhar as Chaues, estamos nos *tambem* aly acompanhando a Porteira, Como somos poucas enfermas, e achacozas, não podemos Contribuir Com tanto trabalho, esta em Risco de não ter officio Diuino, e oração mental, e nos mesmas acompanhamos os Medicos com todas estas molestias, e trabalhos, estamos sentindo acabarmos a uida<sup>33</sup>

Essa posição de subserviência perdurou por um longo período durante todo o processo de conflito com o arcebispo. Em finais de 1733, a relação entre as freiras obedientes, o arcebispo e o vice-rei começaria a ficar abalada. Em alguns episódios percebe-se que as freiras representadas por Sor. Brites passaram a manifestar-se contra os seus superiores, por acreditarem que eles as tinham desamparado posto que raramente atendiam às suas súplicas. Entre seus protestos foram capazes de ameaçá-los com a quebra da clausura: “se por força nos obrigar estamos resolutas e determinadas a sahirnos de clausura e hir por no matto, já que neste convento não temos parte”<sup>34</sup>. Elas estariam insatisfeitas por não terem quem as defendessem, nem as representassem – por serem poucas – mesmo tendo sempre respeitado as decisões episcopais. Com isso, tanto D. Fr. Inácio de Santa Teresa quanto o Conde de Sandomil passaram a lidar com os dois grupos insatisfeitos.

D. João V, em 1736, ao perceber que a contenda persistia e se agravava – com a chegada de mais cartas e com os presumíveis conselhos dos cardeais conselheiros ou mesmo com uma disseminação do que acontecia no Oriente distante com a troca de correspondência entre outras pessoas, o que era visto como propagação do escândalo – resolveu pôr fim à rebelião determinando que “se ponha perpetuo silencio”<sup>35</sup>. Uma clara atitude de fastio, afinal o convento oriental era visto como exemplo de perfeição para os do reino.<sup>36</sup> Logo, a perda de controle dos ânimos das religiosas, que deveriam estar quietas, contemplativas e submissas, não só era nocivo para a fama do dito cenóbio como também para o controle das demais comunidades femininas. Dois anos depois, a comunidade aparentemente se aquietaria com a eleição de uma nova prelada e as freiras voltariam ao normal do cotidiano claustral, se preocupando com as demandas espirituais e materiais da vida contemplativa.



Embora aqui só tenha sido possível trazer uma pequena parte dos aspectos dessa correspondência, é possível ter uma percepção de quem foram as mulheres que escreveram cartas ou produziram documentos oficiais durante os anos da crise conventual. Levando em consideração o defendido por Foucault (1992, p. 129-160) de que as cartas possuem um caráter de “documento expressivo”, pois através delas o autor expõe um pouco ou muito de si próprio, tornou-se viável a compreensão das diferentes formas de representação de cada grupo das mônicas goesas. O conteúdo dessas missivas possibilitou não só a compreensão do cotidiano e das questões sociopolíticas da crise conventual, como também permitiu captar informações pessoais, reflexões e expressões de sentimentos, proporcionando trazer à tona as visões e opiniões que cada uma das remetentes possuía do ambiente de crise, de conflito e de intrigas em que estavam inseridas.



## FONTES

Academia de Ciências de Lisboa, **Livros do governo do Vice-Rei da Índia, Pedro de Mascarenhas, Conde de Sandomil**, Volume V, Série Azul, MA-507.

ANJOS, Fr. Luís dos, **Jardim de Portugal** (1626). Porto: Campo das Letras, 1999.

Arquivo Histórico Ultramarino, **Fundo Índia, Conselho Ultramarino**. AHU\_CU\_058, Cx. 153.

AHU, **Fundo Índia, Conselho Ultramarino**. AHU\_CU\_058, Cx. 195.

AHU, **Fundo Índia, Conselho Ultramarino**. AHU\_CU\_058, Cx. 206.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, **Conselho Geral do Santo Ofício**, Livro 121.

ANTT, **Conselho Geral do Santo Ofício**, Livro 86.

Biblioteca Nacional de Portugal, **Correspondência de Frei Inácio de Santa Teresa, Soror Magdalena de Santo Agostinho e Soror Brites do Sacramento, ao Rei D. João V e outros**. MSS, 1-4<sup>1</sup> BIS. fls. 10-10v. Disponível em: <<http://purl.pt/27682>> Acesso em: 08 mar. 2017.

BNP, **Cartas e consultas ao Conselho Ultramarino do prelado da congregação de Sto. Agostinho na Índia, Fr. João da Conceição e das freiras de Sta. Mônica**. MSS 1, n. 4<sup>2</sup> BIS.

BNP, MSS 1, n. 4<sup>6</sup> BIS.

Directorate of Archives and Archaeology, **Livro das Monções do Reino 120**, n° 101-B.

DAA, **Livro das Monções do Reino 127**, n° 105.

FREIRE, Francisco José. **Secretario portuguez, ou Methodo de escrever cartas por meio de huma Instrucção Preliminar: Regras de Secretaria; Formulario de tratamentos, e hum grande numero de Cartas em todas as espécies, que tem mais uso, com varias Cartas Discursivas sobre as Obrigações, Virtudes, e Vícios do novo Secretario**, 5. ed. Lisboa: Officina de Antonio Gomes, 1786. Acesso em: 20 dez. 2018.

LIVROS das profissões do Mosteiro de Santa Mônica de Goa. In: MONIZ NUNUNES, Eduardo Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de. **História da Fundação do Real Convento de Santa Mônica da Cidade de Goa, Corte do Estado da Índia, e do Império Lusitano do Oriente**. Lisboa, 1699.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**. Lisboa: Bertrand Ed., 2004. v. 2.
- ALVES, Ana Maria Mendes Ruas. “O Reyno de Deos e a sua Justiça”: Dom Frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751). 2012. 336p. Tese (Doutorado em História da Época Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. São Paulo: TA Queiroz, 1991.
- BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes. **Noções de paleografia e diplomática**. 5. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.
- CARDELLA, Lorenzo, **Memorie storiche de'Cardinali della Santa Romana Chiesa**. Roma: Stamperia Pagliarini, 1794. tomo 8.
- CATHOLIC-HIERARCHY. **João Cardinal de Motta e Silva**, s/d. Disponível em: <<http://www.catholic-hierarchy.org/bishop/bmotesi.html>> Acesso em: 15 dez. 2018.
- CHOWNING, Margaret. **Rebellious nuns: the troubled history of a Mexican convent, 1752–1863**. New York: Oxford University Press, 2006.
- CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.
- CUNHA, Mafalda S. da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social. **Penélope: estudos**, n. 15, p. 91-120, 1995.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3. ed., rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-160.
- GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EDUSP, 2014.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, José F. Ferreira. **Crónica dos vice-reis e governadores da Índia**. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1919. v. 1.

MENDES, José Maria. **Inácio de Santa Teresa**: construindo a biografia de um arcebispo. 2012. 149p. Dissertação (Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

\_\_\_\_\_. **Inácio de Santa Teresa**: o percurso de um arcebispo polémico. 2 vols. 2015. 516p. Tese (Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

MONTE, Vanessa Martins do. **Correspondências paulistas**: as formas de tratamento em cartas de circulação pública (1765-1775). 2013. 653p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NAZARETH, J. M. do Carmo. No governo do vice-rei conde de Sandomil. **O Oriente Portuguez**, v. 6, n. 5-6, p. 140-147, 1909.

NUNES, Eduardo Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981.

OLIVEIRA, Rozely Menezes Vigas. **As mônicas no Vale dos Lírios**: das “santas” fundadoras às freiras sublevadas do Monte Santo em Goa, de 1606 a 1738. 2019. 463f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo.

PATRIARCADO-LISBOA. **Patriarcado de Lisboa**, s/d. Disponível em: <[http://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?cont\\_=40&tem=161](http://www.patriarcado-lisboa.pt/site/index.php?cont_=40&tem=161)> Acesso em: 15 dez. 2018.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. Sandomil (Pedro Mascarenhas, 1.º conde de). In: PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme. **Portugal. Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico**. Lisboa: João Romano Torres Editores, 1904-1915. Edição electrónica de Manuel Amaral, 2000-2010. v. VI. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/sandomillc.html>> Acesso em: 27 dez. 2018.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **O Império Português, 1415-1808**. O mundo em movimento. Lisboa: Clube do Autor Editora, 2016.



## NOTAS

1. Mestre e doutora em História Social pela UERJ-FFP (2012; 2019). Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado na UNICAMP.
2. Priorosa é o principal entre os cargos existentes dentro da organização hierárquica conventual. A priorosa era a cabeça da comunidade, aquela que deveria gerir todos os grupos de mulheres pertencentes ao convento. Logo depois dela, vinha a subpriorosa, uma espécie de segunda em comando, que auxiliava a primeira nesta gestão. Além das duas, havia outros cargos desempenhados tanto pelas freiras professoras solenemente – chamadas de freiras de véu preto –, quanto pelas irmãs leigas – conhecidas por freiras de véu branco. Para as primeiras, destacam-se as mães do conselho, a provisora, a escritã, a depositária, etc. Já para as irmãs leigas e conversas, que professavam com votos simples, os cargos eram de caráter laborioso, como porteira, cozinheira, roupeira, etc. Para maiores detalhes sobre essa organização hierárquica da comunidade goesa, vide Oliveira (2019, p. 150-191)
3. Sor. Magdalena de Sto. Agostinho, natural de Baçaim, professou em 14/09/1688. Exerceu o cargo de priorosa, de 1729 a 1732. Faleceu alguns meses após a resolução da crise conventual, em 02/03/1738 (LIVROS das profissões do Mosteiro de Santa Mónica de Goa apud MONIZ (Júnior), 1918-1932).
4. Sor. Brites do Sacramento, natural de Couronya, professou em 14/05/1690. Foi escolhida para exercer o cargo de priorosa pelo arcebispo Sta. Teresa, em 1732, e assim ficou até 1738, governando e representando o grupo das obedientes. Faleceu, em 30/12/1757 (LIVROS das profissões do Mosteiro de Santa Mónica de Goa apud MONIZ (Júnior), 1918-1932).
5. Para Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto, “espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”, que possuem formatos e finalidades semelhantes (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 104; ARQUIVO NACIONAL (Brasil), 2005, p. 85).
6. Segundo Bellotto, as cópias podem ser livres, autorizadas, imitativas ou estarem presentes em códices diplomáticos. Muitas das cópias encontradas possuem certidão ou atestado de um notário garantindo a veracidade delas. Outras, se encontram em livros dos vice-reis. (BELLOTTO, 1991).
7. Para saber mais sobre os tipos de escritas portuguesas, vide Berwanger e Leal (2012, p. 59-68).
8. Margareth Chowning, ao trabalhar a rebelião que houve no interior do Convento de La Puríssima, no México da segunda metade do século XVIII, também percebe o uso de adjetivos pelo bispo que esteve envolvido na crise conventual. O “frustrado” – para usar as palavras da autora – bispo Sánchez de Tagle utilizou bastante os termos “sublevadas” e “díscolas” para designar as religiosas rebeldes que não se submeteram às suas ordens (CHOWNING, 2006, p. 3-16).
9. Para realizar tal tarefa, foram utilizados os livros de Berwanger e Leal (2012), Flexor (2008) e Nunes (1981).



## NOTAS

10. Embora Freire não tenha dado indicações de como deveria se tratar uma religiosa, ao informar que as mulheres seculares receberiam o mesmo tratamento que seus maridos, entendeu-se que algo parecido deveria ser empregado para o caso das mulheres religiosas. Então, se autoridade de ordens religiosas era denominado Reverendíssimo Padre, o mesmo deveria equivaler para as prioras e outras religiosas de altos cargos conventuais (FREIRE, 1786, p. 433-438).
11. Vanessa do Monte, em seu estudo sobre as cartas paulistanas, identificou somente uma carta dirigida ao rei, que apresentava apenas a palavra “Senhor”, no centro do topo da carta, sem ter menção ao nome do rei e tratando-o ao longo da carta com a abreviatura do pronome de tratamento “Vossa Majestade”. Segundo a autora, essa carta não segue o modelo de cartas coloniais direcionadas ao rei proposto por Heloísa Bellotto. Contudo, devido às cartas dirigidas ao rei, neste estudo localizadas, não seguem também ao modelo de Bellotto, mas sim ao encontrado por Monte, leva-se a crer que esta era também uma forma de se enviar cartas ao poder régio na época (MONTE, 2013, p. 231; BELLOTTO, 2002, p. 39-43).
12. Consulta do Conselho Ultramarino de 05 e 08 de abril de 1726. AHU, Fundo Índia, Conselho Ultramarino. AHU\_CU\_ 058, Cx. 153.
13. Esta carta foi enviada em abril de 1736, mas só deve ter chegado a Goa em finais do mesmo ano. Carta régia de 15 de abril de 1736. DAA, Livro das Monções do Reino 127, nº 105. fl. 40; ACL, Livros do governo do Vice-Rei da Índia, Pedro de Mascarenhas, Conde de Sandomil. Volume V. Série Azul, MA-507. fl. 27.
14. Carta de 01 de janeiro de 1721. BNP, Cartas e consultas ao Conselho Ultramarino do prelado da congregação de Sto. Agostinho na Índia, Fr. João da Conceição e das freiras de Sta. Mônica. MSS 1, n. 42 BIS, fl. 6-7v. Embora tenham sido 79 religiosas – entre as de véu preto e as de véu branco – que assinaram esta carta, pela análise dos dados colhidos, sabe-se que em 1721 havia 60 religiosas só de votos solenes. Não parece que foram todas as que assinaram, mas tanto essa carta quanto as seguintes até a de 26 de dezembro de 1724 – assinada pela priora Sor. Maria da Conceição – foram elaboradas em nome de toda a comunidade.
15. Carta de 12 de janeiro de 1722. BNP, Cartas e consultas ao Conselho Ultramarino do prelado da congregação de Sto. Agostinho na Índia, Fr. João da Conceição e das freiras de Sta. Mônica. MSS 1, n. 42 BIS, fl. 14-15.
16. Carta de 26 de dezembro de 1724. Arquivo Histórico Ultramarino, Fundo Índia, Conselho Ultramarino. AHU\_CU\_ 058, Cx. 153.
17. Carta de 07 de janeiro de 1732. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 121, fl. 193-196.
18. Carta de 05 de maio de 1732. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 121. fl. 338-338v.



## NOTAS

19. Margareth Chowning ao contar e analisar os anos de crise que se viu envolvido o convento de concepcionistas reformadas de La Purísima, reserva uma parte de seu trabalho para retratar quem eram alguns dos atores como que envolvidos num drama, mostrando as suas percepções sobre os acontecimentos (CHOWNING, 2006, p. 66-86).
20. Sobre a querela de D. Fr. Inácio de Sta. Teresa com as ordens religiosas no Oriente Português, vide Oliveira (2019, p. 345-362), Alves (2012) e Mendes (2012; 2015).
21. Carta de 11 de dezembro de 1733. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 86, fl. 194v.-195; AHU, Fundo Índia, Conselho Ultramarino. AHU\_CU\_058, Cx. 206.
22. Certidão de 20 de janeiro de 1734. BNP, MSS 1, n. 46 BIS, fl. 16; AHU, Fundo Índia, Conselho Ultramarino. AHU\_CU\_058, Cx. 206.
23. Carta de 04 de janeiro de 1734. AHU, Fundo Índia, Conselho Ultramarino. AHU\_CU\_058, Cx. 195.
24. D. Pedro Mascarenhas foi o 42º vice-rei da Índia, tendo governado de 1732-1741. Nascido em 1670, pertencia a uma das mais nobres famílias de Portugal, tendo recebido o título de 1º Conde de Sandomil, em março de 1720. Além disso, tinha experiência militar comprovada, tendo sido do conselho de guerra, governador das armas na província do Alentejo, durante a guerra de sucessão da Espanha, tendo defendido a fronteira com o reforço de gente e armamentos. Também ocupou o posto de general de batalha, depois de general de artilharia, mestre de campo general dos exércitos e comandante de exército na Catalunha. De acordo com Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (2000-2010, p. 555), Pedro Mascarenhas em diversos momentos teria se mostrado um homem de “prudência e valor”. Conforme defendem Nuno Monteiro e Mafalda da Cunha (1995, p. 91-120), essas seriam características próprias dos homens que assumiam o vice-reinado oriental, já que os homens escolhidos pelos monarcas para governar e representá-lo em seus territórios longínquos eram todos nobres e “fidalgos de linhagem”, com exceção “de alguns eclesiásticos, juristas e membros de juntas provisionais vintistas”. Mesmo com toda a sua experiência militar, ele não ficou imune aos infortúnios que assolaram o Estado da Índia durante seu governo: desde a perda de Baçaim, Trapor, Caranjá e Taná, nas Províncias do Norte, até a destruição de uma grande armada portuguesa, em 1740, pelo pirata Angriá e a invasão dos Maratas em Salcete, pondo a cidade de Goa em perigo. Seu governo foi considerado desastroso. Porém, os autores do dicionário afirmaram que não por incompetência do conde, e sim pelo estado deplorável em que as fortalezas se encontravam e pela falta de auxílio do reino. Nesse sentido, José Martins afirma que ele teria se queixado, em uma carta a D. João V, da falta de soldados para a defesa dos territórios enquanto havia clérigos de sobra. Apesar de sua vivência militar, ele foi acusado de não ser enérgico o suficiente para lidar com os problemas do Estado da Índia e retornou para o reino sem muitas glórias. Terminou por falecer em Lisboa, em 1745 (ALMEIDA, 2004,



## NOTAS

- vol. 2, p. 475-476; CUNHA e MONTEIRO, 1995, p. 91-120; MARTINS, vol. 1, 1919, p. 272, 379-380; NAZARETH, 1909, p. 140-147; PEREIRA e RODRIGUES, vol. VI, 2000-2010, pp. 555).
25. Carta de 17 de abril de 1734. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 86, fl. 90-90v.
  26. Carta de 11 de dezembro de 1733. BNP, MSS 1, n. 46 BIS, fl. 1v-2.
  27. O Cardeal da Mota, cujo nome era D. João da Mota e Silva, nasceu em Castelo Branco, em 1685. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se doutorou. Foi cônego magistral da Colegiada de S. Tomé. Muito amigo de D. João V, foi elevado a cardeal por Bento XIII no Consistório de 2 de novembro de 1727 a pedido do rei. Em 1736, foi convidado para exercer o cargo de primeiro ministro de Portugal, tendo morrido em Lisboa, em 1747 (PATRIARCADO-LISBOA, s/d; CATHOLIC-HIERARCHY, s/d; CARDELLA, 1794, p. 231-232).
  28. Carta de 30 de janeiro de 1734. BNP, Correspondência de Frei Inácio de Santa Teresa, Soror Magdalena de Santo Agostinho e Soror Brites do Sacramento, ao Rei D. João V e outros. MSS, 1-41 BIS. fls. 10-10v.
  29. BNP, Correspondência de Frei Inácio de Santa Teresa, Soror Magdalena de Santo Agostinho e Soror Brites do Sacramento, ao Rei D. João V e outros. MSS-1-4-1-bis, fl. 8-8v.
  30. Carta de 05 de dezembro de 1732. Directorate of Archives and Archaeology, Livro das Monções do Reino 120, nº 101-B, fl. 935-935v.
  31. Carta de [22] de dezembro de 1732. DAA, Livro das Monções do Reino 120, nº 101-B, fl. 946-946v.
  32. Carta de 05 de dezembro de 1732. DAA, Livro das Monções do Reino 120, nº 101-B, fl. 934-934v.
  33. Carta de 11 de dezembro de 1732. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 86, fl. 2-2v.
  34. Carta das religiosas obedientes de 12 de dezembro de 1733. ANTT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 86. fl. 195-195v.
  35. Carta de 15 de abril de 1736. DAA, Livro das Monções do Reino 127, nº 105, fl. 40; Academia de Ciências de Lisboa, Livros do governo do Vice-Rei da Índia, Pedro de Mascarenhas, Conde de Sandomil, Volume V, Série Azul, MA-507, fl. 27.
  36. Desde sua fundação, o convento teve esse papel de exemplo, mas com a publicação do livro de Fr. Luís dos Anjos e, posteriormente, o de Fr. Agostinho de Sta. Maria, sua fama deve ter se espalhado por todo o reino (ANJOS, 1999; SANTA MARIA, 1699).

